



INTERSECCÕES POSSÍVEIS A PARTIR DA RELAÇÃO ENTRE AS CATEGORIAS GÊNERO E DEFICIÊNCIA: breves considerações de um recorte de objeto.

Flávia Augusta Santos de Melo Lopes

RESUMO: Este artigo tem como objetivo preliminar realizar breve reflexão teórica a partir do horizonte de análise de algumas perspectivas atuais acerca de possíveis relações que se estabelecem entre as categorias gênero e deficiência. Sua construção se dá a partir de leituras sobre referenciais da literatura de gênero em âmbito nacional e internacional para elaboração de projeto de tese de doutorado.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero; Deficiência; Intersecção.

ABSTRACT: This article aims to present a brief preliminary theoretical horizon from the analysis of some current perspectives about possible relationships that are established between the categories gender and disability. Its construction gives readings from literature references on gender in national and international development project thesis.

KEYWORDS: Gender, Disability; Intersection.

1. Introdução

O ponto de partida para construção destas análises está alicerçado inicialmente no contato direto com algumas experiências desenvolvidas ao longo do percurso acadêmico na formação em Serviço Social e posteriormente com o aprofundamento do objeto de pesquisa para estudos no Doutorado em Gênero, Feminismo e Mulher do Programa de Pós Graduação do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Gênero, Feminismo e Mulher da Universidade Federal da Bahia.

Triviños (2006) salienta que é importante que o pesquisador esteja de alguma forma, ligado ao tema de estudo que deseja pesquisar. Isto não deve se constituir em uma regra intransigente, mas, a vinculação proximal com o objeto de pesquisa é um fator positivo para o desenvolvimento de idéias e hipóteses mais condizentes com a realidade acerca da temática que se pretenda abordar. Dentro desta perspectiva, não só Triviños, mas também outros autores (LAKATOS; MARCONI, 2006; GIL, 1999) defendem que o pesquisador possua um conhecimento prévio do assunto a ser estudado por ele, surgindo a partir de sua prática profissional cotidiana e diminuindo-se as prováveis dificuldades que o pesquisador possa vir a ter ao longo de sua problematização no campo teórico-prático, portanto, e conforme se justificou a aproximação com o objeto estudado é um pressuposto importante para o desenvolvimento da pesquisa.

Nesse sentido e seguindo os pressupostos da linha de pesquisa Gênero, poder e políticas públicas que contempla estudos sobre a interface entre as relações de poder que constituem a sociedade em suas esferas macro e microsociais,

“entendendo nessa perspectiva como as relações de gênero perpassam o Estado, o governo e as outras instituições e práticas políticas, através de práticas educativas, culturais, das relações econômicas e/ou sexuais e quais os mecanismos de transformação e resistência lançado mão pelas mulheres”, e movida por anseios despertados durante o período de formação em Serviço Social e inúmeras experiências proporcionadas durante o processo de complementação da formação e a prática profissional seja como assistente social e docente, é que iniciei o curso de doutorado com a proposta de analisar a importância da configuração dos **nexos familiares para a inserção acadêmica de mulheres com deficiência no ensino superior público em Sergipe**. Nesse sentido, os estudos para o projeto de doutoramento se interconectam com os estudos realizados durante a minha trajetória acadêmica, através do curso de graduação em Serviço Social, especialização em Direito de Família e Políticas Sociais e Mestrado em Educação, onde pude ter contato com referenciais sobre gênero e educação e nos quais investiguei os contextos da família, juventude e políticas sociais com recorte sobre assistência estudantil no ensino superior, e as condições de acesso e permanência para o ingresso de estudantes com deficiência na Universidade Federal de Sergipe, ambos sistematizados em relatórios de pesquisa diferentes.

Essas investigações possibilitaram análises sobre o estado da arte do conhecimento acerca da inclusão educacional de pessoas com deficiência na educação superior. Os estudos indicam que o paradigma da acessibilidade, a partir de meados da década de 1990, tornou-se centro de discussões acadêmicas, políticas, governamentais e técnicas, na medida em que possibilita efetivar propostas legais e ideológicas para ampliar o acesso a bens e serviços públicos e/ou privados. No contexto educacional, esse paradigma também está associado ao princípio da inclusão e da universalização do acesso e permanência em instituições escolares e a família ocupa lugar central no processo de consolidação dos direitos conquistados historicamente pelas pessoas com deficiência.

Vale destacar que associar a perspectiva de gênero, ao recorte da deficiência e acesso educacional é um desafio que se constitui na ordem do dia, já que, alguns estudiosos apontam que “o campo de estudos feministas e de gênero tem avançado à medida que se articula com outras categorias de análise, tais como geração, classe, raça/etnia, orientação sexual, região e religião. Uma questão, contudo, permanece à revelia do esforço de interseção dessas categorias, a saber, a deficiência”. Para tanto, analisar algumas das possibilidades de fenômenos sociais e culturais nas quais se considera oportuno o diálogo entre os estudos feministas e de gênero com o campo de estudos sobre deficiência intenta a necessidade de proporcionar maior visibilidade para o debate dessa questão, avaliando seu potencial analítico e político em vista da sua contribuição para as políticas públicas.

2.Movimento Feminista e Gênero: breves considerações

O feminismo enquanto movimento organizado surge inicialmente entre o finaldas décadas de 1960 e início 1970 com o objetivo de organizar esforços para a garantia do sufrágio universal para as mulheres em países da Europa, nos Estados Unidos e América Latina. Conforme assinala Costa,

O feminismo, enquanto movimento social, é um movimento essencialmente moderno, surge no contexto das idéias iluministas e das idéias transformadoras da Revolução Francesa e da Americana e se espalha, em um primeiro momento, em torno da demanda por direitos sociais e políticos. Nesse seu alvorecer, mobilizou mulheres de muitos países da Europa, dos Estados Unidos e, posteriormente de alguns países da América Latina, tendo seu auge na luta sufragista. (COSTA, p.10)

A bandeira da conquista pelo direito ao voto não foi suficiente para que o movimento se sustentasse e então se inicia um processo de desarticulação na grande maioria dos países latino-americanos, acompanhando a tendência ocorrida nos

Estados Unidos e Europa.

Em 1970 nasce o feminismo de resistência à ditadura militar na América Latina. Surge sob o impacto do movimento feminista internacional e como consequência do processo de modernização que implicou maior incorporação das mulheres no mercado de trabalho e ampliação do sistema educacional. É importante frisar que, no momento de seu surgimento o movimento feminista estava intimamente articulado com bandeiras vinculadas diretamente à categoria mulher.

Em linhas gerais o movimento feminista no Brasil fez parte de um amplo e heterogêneo movimento que articula/va as lutas contra as formas de opressão das mulheres na sociedade.

A vinculação com demandas voltadas para “mulheres” adensava certo descrédito por parte de teóricos que refletiam sobre as demandas feministas e suas produções. Assim ocorre uma ampliação em termos de considerar o gênero como categoria de análise que compreenderia de forma mais clara a reflexão sobre os papéis sociais ocupados pelos sujeitos e a divisão sexual de gênero.

O entendimento sobre o conceito de gênero parte do pressuposto da distinção da dimensão biológica e social da vida dos sujeitos, levando-se a considerar que homens e mulheres são produtos da realidade socialmente construída e não determinados pela formação de seus corpos.

O movimento feminista organizado por pesquisadoras e teóricas de vários campos das Ciências Sociais, caracterizou o conceito de gênero a partir da dimensão social, entendendo que o comportamento de homens e mulheres construído na sociedade, corresponde a um aprendizado sociocultural. Essa apreensão de gênero, parte do princípio em que a conduta feminina e a masculina não são determinadas como algo natural, portanto, estas devem ser percebidas como algo socialmente construído.

Conforme Auad (2005, p. 01) “gênero não é sinônimo de sexo (masculino ou feminino), mas corresponde ao conjunto de representações que cada sociedade constrói, através de sua História, para atribuir significados, símbolos e características para cada um dos sexos”. Sobre o conceito de gênero observamos que:

No senso comum, as diferenças de gênero são interpretadas como se fossem naturais, determinadas pelos corpos. Ao contrário, as ciências Sociais postulam que essas diferenças são socialmente construídas. Isso significa dizer que não há um padrão universal para comportamentos sexual ou de gênero que seja considerado normal, certo, superior ou, a priori, o melhor. Somos nós, homens e mulheres, pertencentes a distintas sociedades, a diversos tempos históricos e a contextos culturais que estabelecemos modos específicos de classificação e de convivência social (SPM, 2009, p.41).

Embora a discussão sobre gênero já tenha avançado bastante em nossa sociedade, ainda é possível visualizar as desigualdades e divisões de gênero, considerando masculino e feminino como pólos opostos, como mundos separados, sendo explicados biologicamente. Para Andrade (2002) essa distinção biológica entre homens e mulheres tem servido para legitimar as desigualdades sociais, e reproduzir a ideia de que a mulher é inferior ao homem.

3. Diferença x deficiência

Alguns teóricos informam que as identidades e papéis são construídos através de reprodução de práticas. Assim, a prática se configura como campo produtivo de poder, então a prática é também um meio de enfrentar as práticas opressivas de poder.

O conceito de diferença se refere à variedade de maneira como discursos específicos da diferença são constituídos, contestadas, reproduzidas e ressignificadas. Algumas construções da diferença, como o racismo, postulam fronteiras fixas e imutáveis entre grupos todos como inerentemente diferentes. Outras construções podem apresentar a diferença como relacional, contingente e variável. Em outras palavras, a diferença não é sempre um marcador de hierarquia e opressão, é uma questão contextualmente contingente saber se a diferença resulta em desigualdade, exploração e opressão ou em igualitarismo, diversidade e formas democráticas de agência política.

No tocante às categorias mulher e deficiência, é válido situar as construções de papéis socialmente estabelecidos e comumente marginalizados. Por vezes, as diferenças impressas em sujeitos com deficiência são categorizadas e constituídas de juízos de valores norteados pela incapacidade, ineficiência, fragilidade, não adaptação aos padrões, entre outros.

Segundo Mello e Nuernberg, o fenômeno da deficiência deve ser entendido como um processo que não se encerra no corpo, mas na produção social e cultural que define determinadas variações corporais como inferiores, incompletas ou passíveis de reparação/reabilitação quando situadas em relação a corponormatividade, isto é, aos padrões hegemônicos funcionais/corporais. Nesse sentido, deficiência consiste no produto da relação entre um corpo com determinados impedimentos de natureza física, intelectual, mental ou sensorial e um ambiente incapaz de acolher as demandas arquitetônicas, informacionais, programáticas, comunicacionais e atitudinais que garantem condições igualitárias de inserção e participação social.

Numa abordagem que leve em consideração a constituição social da experiência da deficiência a partir de uma perspectiva feminista do campo estudos sobre deficiência, o foco tem sido dado para as questões da construção do corpo, do gênero e da dependência para compreender como essas categorias se articulam com a experiência da deficiência, de forma que se possa demonstrar a pertinência de novos estudos envolvendo a recorte da deficiência nas Ciências Humanas e Sociais.

Atualmente os estudos sobre a categoria deficiência estão pautados pelo modelo social da deficiência, em oposição ao paradigma biomédico, não se foca nas limitações funcionais oriundas de deficiência nem propõe a ideia tão comumente aceita da necessidade de reparação/reabilitação do corpo deficiente, mas sim a concebe como o resultado das interações pessoais, ambientais e sociais da pessoa com seu entorno. Nesse sentido, as experiências de opressão vivenciadas pelas pessoas com deficiência não estão na lesão corporal, mas na estrutura social incapaz de responder à diversidade, à variação corporal humana.

Os significados construídos em torno de gênero e deficiências devem ser compreendidas como a relação entre o corpo com impedimento e o poder, sendo frutos de disputas e/ou consensos entre os diversos saberes, e não algo dado, estático e natural.

Para situar na história a constituição da primeira geração estudos sobre deficiência, é importante ressaltar que segundo Diniz, os estudos foram elaborados majoritariamente por homens com lesão medular, apontadas pelas teorias feministas como membros da elite dos deficientes e, portanto, reprodutores dos discursos dominantes de gênero e classe na sociedade.

Foi o feminismo quem levantou a bandeira da subjetividade na experiência do corpo lesado, o significado da transcendência do corpo para a experiência da dor, forçando uma discussão não apenas sobre a deficiência, mas sobre o que significa viver em um corpo doente ou lesado. A dependência do outro é parte da condição humana e, no caso de muitas pessoas com deficiência, a garantia do cuidado é um direito fundamental para a manutenção da vida e a conquista da dignidade humana. Isso nos obriga, assim, a pensar o cuidado como uma responsabilidade do Estado e da sociedade, desnaturalizando essa atividade como naturalmente feminina.

São inúmeras as contribuições que os estudos feministas registram na história da sociedade. É fato também que a interface com a deficiência é algo em construção e que apresentam poucas investigações na área, já que alguns defendem estarem

os Estudos sobre deficiência percorrendo os mesmos caminhos que os Estudos Feministas e de Gênero, como se estivessem inventando a roda da crítica aos binarismos e reducionismos na reflexão em torno da relação do corpo como preconceitos sociais e da imposição social de formas hegemônicas e hierárquicas de existência e subjetivação.

4. Caracterização do estudo e propostas de abordagens

Levando em consideração as discussões realizadas em sala de aula na disciplina Metodologia Científica, vale salientar que o estudo tem como proposta não reproduzir os parâmetros de uma ciência positivista, partindo do pressuposto da vigilância epistemológica que nos coloque numa situação que priorize o comprometimento e a relevância social do que se pretende desvendar.

Conforme Barbieri, os estudos feministas ter proporcionado debates acerca das formas particulares de se realizarem. “Em um sentido mais amplo, se fala das metodologias feministas tanto para se referir as práticas das ações feministas como as formas de gerar o conhecimento”.

Assim, a proposta de entender a contribuição das relações estabelecidas na família e sua contribuição para o acesso de mulheres com deficiência no ensino superior público de estado de Sergipe tem como sentido principal levar em consideração a relação estabelecida entre os sujeitos que pensam, sejam eles , o pesquisador ou o ator social envolvido.

As técnicas utilizadas estarão inseridas nas metodologias qualitativas, caracterizando-se numa pesquisa exploratória – estudo de caso, trazendo as intersecções dos estudos feministas entre gênero e deficiência.

Assim a proposta é contribuir no processo de transformação da ciência como ferramenta que lute contra a opressão das mulheres.

5. Considerações finais

Iniciar o debate sobre a relação que se estabelece entre as categorias gênero e deficiência no âmbito teórico é antes de qualquer coisa um exercício de práxis, já que, a interconexão com a realidade é algo necessário e urgente para elaboração de novas formas de sociabilidade que se pretendam aniquilar processos de exploração e desigualdades.

No Brasil, grande parte das políticas sociais para a promoção das igualdades menciona as categorias acima referidas, sem incluir a deficiência nos debates e nos cruzamentos com todas essas categorias que convivem com a experiência da opressão e da discriminação.

Vale ressaltar que o trânsito sobre a interseccionalidade de categorias de análise ocorre a partir da necessidade de aprofundamento e atualizações sobre os impactos das expressões da questão social- principalmente no que concerne as relações de gênero na sociedade capitalista contemporânea e a reprodução de comportamentos cristalizados sobre determinados padrões socialmente estabelecidos- quando nos colocamos frente as diferenças e desigualdade existentes no mundo contemporâneo.

Estes apontamentos são estímulos para fundamentar o recorte do objeto de pesquisa ao qual me proponho investigar, no caso, específico o acesso à educação superior pública por parte de mulheres com deficiência. O desafio não é pequeno, mas está posto e acredito no alcance e possibilidades que o estudo possa oferecer.

5.Referências

ANDRADE, Sandra dos Santos. **Dinâmicas de gênero nas práticas escolares**. In: HICKMANN, Roseli Inês (org.). Estudos sociais: outros saberes e outros sabores .Porto Alegre: Mediação, 2002.

AUAD, Daniela. **Formação de professoras, relações de gênero e sexualidade:** um caminho para construção da igualdade. In: II Caderno de Educação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Brasília, 1998.

BOURDIEU, P. A construção do objeto. In: BOURDIEU, P. ET AL. **A profissão de sociólogo.** Petrópolis: Vozes, 1999.

BRASIL. SPM. Secretaria Especial de Políticas para mulheres. **Gênero e Diversidade na Escola:** formação de professoras/es em gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.

COSTA, Ana Alice Alcântara. **O movimento Feminista no Brasil:** dinâmicas de uma intervenção política. Niterói. Revista Gênero. v.5, n.2 p.9-35. 1º Sem 2005.

DE BARBIERI, T. Acerca de las propuestas metodológicas feministas. In: BARTRA, E. Debates em torno a uma metodologia feminista. México (D.F.): Universidad Autónoma Metropolitana, 1998.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa:** planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. – 6. ed. – São Paulo: Atlas, 2006.

MELLO, Anahi Guedes de e NUERNBERG, Adriano Henrique. **Gênero e deficiência:** interseções e perspectivas. Florianópolis. Revista Estudos Feministas. 2012. P.635-655.

MIES. M. ¿ Investigación sobre las mujeres o investigación feminista?

In: BARTRA, E. Debates em torno a uma metodologia feminista. México (D.F.): Universidad Autónoma Metropolitana, 1998.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. – São Paulo: Atlas, 2006

Recebido em: 29/06/2014

Aprovado em: 29/06/2014

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Método de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: